MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto-lei n.º 34:281

Atendendo a que, decorrido o prazo da prorrogação concedida aos proprietários da Lombada dos Esmeraldos e do Lugar de Baixo, do concelho de Ponta do Sol, pelo decreto-lei n.º 32:229, de 29 de Agosto de 1942, os interessados voltaram a representar para obterem novas facilidades de pagamento das prestações em dívida, por subsistirem, ainda agravadas, as circunstâncias que conduziram o Governo a estabelecer o regime muito benévolo de pagamento daquele diploma;

Atendendo a que, através das informações obtidas pelo Ministério das Finanças, se reconhecem como verdadeiras as dificuldades de pagamento invocadas, dificuldades essas que se traduzem na forma excessivamente onerosa por que muitos dos responsáveis conseguiram meios para liquidar as prestações e no número elevado dos relaxes, quer das prestações agora vencidas, quer das que tinham o seu pagamento suspenso por força do citado decreto-lei n.º 32:229;

Atendendo a que tanto este diploma como os anteriores são iniludivelmente informados pelo elevado intuito do Governo de — sem prescindir do pagamento das importâncias de que o Tesouro está desembolsado — obter esse pagamento por forma suave para os devedores, a maioria dos quais não vive em situação económica desafogada;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado por um novo período de dois anos, a contar da publicação deste diploma, o prazo a que se refere o decreto-lei n.º 32:229, de 29 de Agosto de 1942, no seu artigo 1.º

Art. 2.º As execuções pendentes pelo não pagamento das prestações vencidas nos termos dos decretos-leis n.º 26:350, de 12 de Fevereiro de 1936, e n.º 32:229, de 29 de Agosto de 1942, ficarão suspensas, sem dependência de requerimento dos interessados, durante o prazo fixado no artigo 1.º deste diploma.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:282

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea e) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 2.000\$, destinado a reforçar a verba da alínea a) do n.º 2) do artigo 91.º do capítulo 4.º do orça-

mento respeitante ao corrente ano económico do referido Ministério.

Art. 2.º É anulada a importância de 2.000\$ no n.º 2) do artigo 7.º do capítulo 1.º do orçamento do Ministério das Finanças em vigor no corrente ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite.

Decreto n.º 34:283

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e nas disposições da alínea b) do artigo 35.º do referido decreto n.º 18:381 e nas do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e mencionado artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É transferida a quantia de 4.500\$ da verba descrita no n.º 1) do artigo 369.º, capítulo 19.º, do actual orçamento do Ministério das Finanças para a do n.º 2), alínea a), do artigo 370.º dos mesmos capítulo e orçamento.

Art. 2.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 18.500\$, destinado a reforçar, com as importâncias adiante mencionadas, as dotações descritas no capítulo 19.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do referido Ministério, sob as seguintes classificações:

Artigo 368.º, n.º 1)	1.000\$00
Artigo 368.º, n.º 2)	1.000\$00
Artigo 372.º, n.º 2)	6.000\$00
Artigo 377.º, n.º 1)	10.500\$00
	<hr/>
	18.500\$00

Art. 3.º É anulada a importância de 18.500\$ na dotação do n.º 1) do artigo 369.º dos mesmos capítulo e orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a respectiva minuta foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, nos termos das disposições do § único do artigo 36.º e da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1944. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Decreto n.º 34:284

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante